



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

6.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMIÇÃO 08/02/2018		PÁGINA 1	
SUBTITULO		80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIAO					
ORGAO SUPERIOR		15000 - JUSTICA DO TRABALHO		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2017	2016	ESPECIFICAÇÃO		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		55.772.161,19	26.668.273,22	PASSIVO CIRCULANTE		157.094.323,91	98.493.090,20
Caixa e Equivalentes de Caixa		54.941.862,41	24.245.388,59	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		137.021.904,76	78.480.497,58
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		107.780,68	94.417,50
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		830.298,78	764.607,90	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	1.658.276,73	Provisões a Curto Prazo		19.847.132,56	19.847.132,56
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		117.505,91	71.042,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE		220.051.515,02	189.157.690,10	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.028.668,82	4.028.668,82
Ativo Realizável a Longo Prazo		499.558,87	481.924,37	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		4.028.668,82	4.028.668,82
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		499.558,87	481.924,37	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		161.122.992,73	102.521.759,02
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	-		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2017	2016
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Reservas de Capital		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Lucros		-	-
Imobilizado		214.832.166,42	188.430.517,28	Demais Reservas		-	6.186.725,55
Bens Móveis		33.215.674,92	22.050.618,68	Resultados Acumulados		114.700.683,48	107.117.478,75
Bens Móveis		56.621.154,38	44.161.144,36	Resultado do Exercício		668.838,14	48.032.745,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-23.405.479,46	-22.110.525,68	Resultados de Exercícios Anteriores		107.117.478,75	59.424.092,35
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		6.914.366,59	-339.359,13
Bens Imóveis		181.616.491,50	166.379.898,60	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Bens Imóveis		183.753.870,66	167.023.335,88	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.700.683,48	113.304.204,30
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.137.379,16	-643.437,28				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível		4.719.789,73	245.248,45				
Softwares		4.719.789,73	245.248,45				
Softwares		4.799.118,85	2.243.667,95				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-79.329,12	-1.998.419,50				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	275.823.676,21	215.825.963,32	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	275.823.676,21	215.825.963,32

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	54.941.862,41	24.245.388,59	PASSIVO FINANCEIRO	72.669.453,05	33.676.806,86
ATIVO PERMANENTE	220.881.813,80	191.580.574,73	PASSIVO PERMANENTE	109.941.956,00	79.483.926,53
			SALDO PATRIMONIAL	93.212.267,16	102.665.229,93

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.433.199,44	3.952.623,17	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	35.801.772,80	34.699.725,86
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.433.199,44	3.952.623,17	Execução dos Atos Potenciais Passivos	35.801.772,80	34.699.725,86
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.433.199,44	3.952.623,17	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	35.801.772,80	34.699.725,86
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.433.199,44	3.952.623,17	TOTAL	35.801.772,80	34.699.725,86

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.163.901,84
Recursos Vinculados	-9.563.688,80
Operação de Crédito	-9.631.600,53
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	67.911,73
TOTAL	-17.727.590,64



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	708.528.712,04	655.786.849,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.407.683,56	16.192.053,70
Impostos	-	-
Taxas	16.407.683,56	16.192.053,70
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	228.138,75	3.697.102,83
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	228.138,75	3.697.102,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	36.129,14	49.077,55
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	21.224,57	17.602,58
Variações Monetárias e Cambiais	14.904,57	31.474,97
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	646.999.150,70	580.278.961,17
Transferências Intragovernamentais	642.776.814,58	549.087.360,11
Transferências Intergovernamentais	4.166.472,22	4.367.832,92
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	55.863,90	26.823.768,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	43.889.086,03	53.854.016,88
Reavaliação de Ativos	41.153.467,36	13.371.266,95
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.735.618,67	996.140,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	39.486.609,59
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	968.523,86	1.715.637,08
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/02/2018	PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	657,68
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	968.523,86	1.714.979,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	707.859.873,90	607.754.103,68
Pessoal e Encargos	398.163.872,34	339.822.163,55
Remuneração a Pessoal	329.961.866,07	274.729.570,24
Encargos Patronais	51.175.497,52	48.227.595,03
Benefícios a Pessoal	17.007.023,02	16.845.085,60
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	19.485,73	19.912,68
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	145.325.566,48	131.188.781,58
Aposentadorias e Reformas	115.764.405,81	103.077.082,20
Pensões	29.471.371,48	28.002.066,77
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	89.789,19	109.632,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.592.518,78	52.147.746,04
Uso de Material de Consumo	1.609.825,52	1.414.684,39
Serviços	42.974.363,28	47.623.381,73
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.008.329,98	3.109.679,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.499,86	877,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	129,42	759,60
Variações Monetárias e Cambiais	1.127,51	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.242,93	118,07
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	52.438.847,86	23.609.456,71
Transferências Intragovernamentais	51.571.699,20	18.055.895,74
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	867.148,66	5.553.560,97
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	52.483.244,04	52.033.115,25
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.588.886,00	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	46.843,53	412,41
Incorporação de Passivos	9.631.599,09	49.838.839,82
Desincorporação de Ativos	41.215.915,42	2.193.863,02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	36.182,93	49.836,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	36.182,93	49.836,65
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.817.141,61	8.902.126,23
Premiações	7.100,00	7.900,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.810.041,61	8.894.226,23
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	668.838,14	48.032.745,53

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.346.313,00	4.346.313,00	4.413.479,81	67.166,81
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	130.955,00	130.955,00	197.132,85	66.177,85
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	130.955,00	130.955,00	197.132,85	66.177,85
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	38,75	38,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	38,75	38,75
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	4.208.301,00	4.208.301,00	4.166.472,22	-41.828,78
Outras Receitas Correntes	7.057,00	7.057,00	49.835,99	42.778,99
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.057,00	7.057,00	49.835,99	42.778,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSION 09/02/2018	PAGINA 2
------------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.346.313,00	4.346.313,00	4.413.479,81	67.166,81
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.346.313,00	4.346.313,00	4.413.479,81	67.166,81
DEFICIT			606.847.951,13	606.847.951,13
TOTAL	4.346.313,00	4.346.313,00	611.261.430,94	606.915.117,94
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	27.302,00	27.302,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	13.651,00	13.651,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	13.651,00	13.651,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	513.056.079,00	575.087.119,00	571.093.080,67	568.651.534,34	568.582.254,41	3.994.038,33
Pessoal e Encargos Sociais	435.415.473,00	508.102.862,00	504.621.811,10	503.013.949,81	503.010.737,83	3.481.050,90
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.640.606,00	66.984.257,00	66.471.269,57	65.637.584,53	65.571.516,58	512.987,43
DESPESAS DE CAPITAL	39.983.633,00	50.983.633,00	40.168.350,27	22.971.944,80	22.915.526,58	10.815.282,73
Investimentos	39.983.633,00	49.588.633,00	38.773.350,27	22.971.944,80	22.915.526,58	10.815.282,73
Inversões Financeiras	-	1.395.000,00	1.395.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	553.039.712,00	626.070.752,00	611.261.430,94	591.623.479,14	591.497.780,99	14.809.321,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	553.039.712,00	626.070.752,00	611.261.430,94	591.623.479,14	591.497.780,99	14.809.321,06
TOTAL	553.039.712,00	626.070.752,00	611.261.430,94	591.623.479,14	591.497.780,99	14.809.321,06

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.300.275,29	144.569,09	166.541,90	166.541,90	1.481.668,38	1.796.634,10
Pessoal e Encargos Sociais	2.879.830,55	114.339,10	160.758,81	160.758,81	1.061.737,51	1.771.673,33
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	420.444,74	30.229,99	5.783,09	5.783,09	419.930,87	24.960,77
DESPESAS DE CAPITAL	27.164,79	7.145.310,78	6.670.444,56	6.670.444,56	4.406,42	497.624,59
Investimentos	27.164,79	7.145.310,78	6.670.444,56	6.670.444,56	4.406,42	497.624,59
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.327.440,08	7.289.879,87	6.836.986,46	6.836.986,46	1.486.074,80	2.294.258,69

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.298.842,49	1.417,50	137.668,25	-	6.162.591,74
Pessoal e Encargos Sociais	6.298.842,49	-	137.668,25	-	6.161.174,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.417,50	-	-	1.417,50
DESPESAS DE CAPITAL	-	93.000,00	93.000,00	-	-
Investimentos	-	93.000,00	93.000,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	6.298.842,49	94.417,50	230.668,25	-	6.162.591,74



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 09/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	64.522.756,78	6.081.690,82
INGRESSOS	665.342.121,27	574.147.548,24
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	665.342.121,27	574.147.548,24
Ingressos Extraorçamentários	947.084,97	146.876,81
Restituições a Pagar	2.010,64	-
Transferências Financeiras Recebidas	642.776.814,58	549.087.360,11
Arrecadação de Outra Unidade	21.616.211,08	24.913.311,32
DESEMBOLSOS	-600.819.364,49	-568.065.857,42
Pessoal e Demais Despesas	-531.287.377,71	-502.030.761,10
Legislativo	-	-
Judiciário	-371.223.261,89	-364.299.659,33
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-152.366.660,63	-134.204.395,97
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSION 09/02/2018 PAGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7.697.935,19	-3.526.705,80
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	480,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-50.555.587,43	-48.301.123,63
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-50.555.587,43	-48.301.123,63
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-18.976.399,35	-17.733.972,69
Dispêndios Extraorçamentários	-963.068,83	-156.024,31
Transferências Financeiras Concedidas	-18.013.330,52	-17.577.948,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-33.826.282,96	-20.667.689,97
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-33.826.282,96	-20.667.689,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-30.844.202,86	-19.863.241,52
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.982.080,10	-804.448,45
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 09/02/2018 PÁGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.696.473,82	-14.585.999,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	24.245.388,59	38.831.387,74
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	54.941.862,41	24.245.388,59



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	656.212.532,46	551.416.116,59
Ordinárias	-	-	Ordinárias	507.633.601,65	431.376.155,66
Vinculadas	-	-	Vinculadas	148.578.930,81	120.039.960,93
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	125.772.796,00	104.730.018,00
			Operação de Crédito	13.897.220,45	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.908.914,36	15.309.942,93
Transferências Financeiras Recebidas	642.776.814,58	549.087.360,11	Transferências Financeiras Concedidas	18.013.330,52	17.577.948,38
Resultantes da Execução Orçamentária	635.460.015,34	534.462.999,52	Resultantes da Execução Orçamentária	300.000,00	-
Sub-repasse Recebido	635.460.015,34	534.462.999,52	Sub-repasse Concedido	300.000,00	
Independentes da Execução Orçamentária	7.316.799,24	14.624.360,59	Independentes da Execução Orçamentária	17.713.330,52	17.577.948,38
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.808.199,99	13.905.178,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	17.713.330,52	17.577.948,38
Demais Transferências Recebidas	253.683,48	353.382,00	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	254.915,77	365.799,98	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	70.185.766,03	32.500.360,39	Despesas Extraorçamentárias	8.040.243,81	27.179.654,68
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	125.698,15	94.417,50	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	230.668,25	6.207.265,70
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	47.494.281,19	7.345.754,76	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.846.506,73	20.816.364,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	947.084,97	146.876,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	963.068,83	156.024,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários	21.618.701,72	24.913.311,32	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	480,00				
Restituições a Pagar	2.010,64				
Arrecadação de Outra Unidade	21.616.211,08	24.913.311,32			
Saldo do Exercício Anterior	24.245.388,59	38.831.387,74	Saldo para o Exercício Seguinte	54.941.862,41	24.245.388,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.245.388,59	38.831.387,74	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.941.862,41	24.245.388,59
TOTAL	737.207.969,20	620.419.108,24	TOTAL	737.207.969,20	620.419.108,24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Base de preparação das Demonstrações e das práticas Contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Justiça do Trabalho (DCJT) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Em 4 de outubro de 2016, o CFC publicou a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor público (NBC TSP) - Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, convergindo-a às normas internacionais e estabelecendo os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais NBC TSP.

Neste sentido, ainda em 2016, foram publicadas também a NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação, a NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação, a NBC TSP 03 - provisões, passivos Contingentes e Ativos Contingentes, NBC TSP 04 - Estoques e a NBC TSP 05 - Contratos de Concessão de Serviços públicos: Concedente. Todas essas normas, inclusive a Estrutura Conceitual, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2017.

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Regional, que compõe primeiro e o segundo grau de jurisdição, sofre supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), como Órgão Central do Sistema, sendo que suas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111A, inciso II, da CF.

As estruturas e a composição das DCJT estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- (a) Balanço patrimonial (BP);
- (b) Demonstração das Variações patrimoniais (DVP);
- (c) Balanço Orçamentário (BO);
- (d) Balanço Financeiro (BF); e
- (e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme Art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2. Resumo dos principais Critérios e políticas Contábeis.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

- (a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da Justiça do Trabalho é o Real.

- (b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os depósitos recebidos em garantia de contratos de aquisição de bens e prestação de serviços firmados com terceiros, bem como o direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de 13º salário e férias de servidores. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(d) Estoques

Compreende, praticamente, o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com créditos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que, quando existentes, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (a) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (b) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

(i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(j) passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da Justiça do Trabalho são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (a) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (b) empréstimos e financiamentos; (c) fornecedores e contas a pagar; (d) obrigações fiscais; (e) obrigações de repartições a outros entes; (f) provisões; e (g) demais obrigações.

(k) provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (a) riscos trabalhistas; (b) riscos fiscais; (c) riscos cíveis; (d) repartição de créditos tributários; (e) provisões matemáticas; e (f) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: (a) patrimonial; (b) orçamentário; e (c) financeiro.

(m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a Justiça do Trabalho e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a Justiça do Trabalho, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações patrimoniais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

(m.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da Justiça do Trabalho segue o descrito no Art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(m.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Justiça do Trabalho.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível também verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas.

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de R\$ 54.941.862,41, deste item, corresponde a 98,51% do montante de R\$ 55.772.161,19 do Ativo Circulante.

Nas tabelas a seguir, visualiza-se sua composição:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
11111903	= DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	55.058,70	71.042,56	-22,50%	0,10%
11112001	= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	54.886.803,71	24.174.346,03	127,05%	99,90%
Total		54.941.862,41	24.245.388,59	126,61%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise apresenta variação geral positiva de 126,61%, que corresponde a R\$30.696.473,82. Os acréscimos somam R\$30.712.457,68 e os decréscimos, R\$15.983,86.

A Variação positiva relevante do período foi a seguinte:

a) variação positiva de R\$30.696.473,82 (127,05%) na conta = LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS. Esse aumento decorreu do esforço da Unidade Gestora em quitar suas obrigações até o final do exercício 2016, face aos efeitos da EC 95/2016, que trouxe o limite aos gastos públicos com base na despesa paga no exercício de 2016.

A variação negativa relevante do período foi a seguinte:

a) variação negativa de R\$15.983,86 (-22,50%) na conta = DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Essa redução corresponde a 100,00% do total dos decréscimos do período e foi motivada, principalmente, pelos cortes de gastos impostos à Justiça do Trabalho, que obrigou esta Unidade Gestora a rever diversos contratos, não prorrogando aqueles não considerados essenciais.

A conta = LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS é majoritária com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

(99,90%) de participação sobre os R\$54.941.862,41 que totalizam o grupo de contas da tabela acima.

A parcela majoritária sobre os R\$54.941.862,41 que totalizam o grupo de contas da tabela foi obtida com as contas = LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS (99,90%) e = DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL (0,10%), cujas participações somam 100,00%.

Na Justiça do Trabalho, este último item, em moeda nacional, corresponde a depósitos recebidos em garantia de contratos de fornecimento de bens e de prestação de serviços firmados com terceiros, bem como ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Portanto, o Caixa e Equivalente de Caixa é composto essencialmente pela conta de Limite de Saque, que é detalhada por fonte de recursos, onde pode ser visualizada, na tabela a seguir, a sua origem com base na arrecadação.

Tabela 2 – Limite de saque com Vinculação de Pagamento – Por Fonte de Recursos

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
0	RECURSOS ORDINARIOS	50.117.796,27	20.167.432,62	148,51%	91,31%
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	66.259,08	5.945,81	1014,38%	0,12%
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	154.737,22	154.737,22	0,00%	0,28%
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	67.085,34	257.747,75	-73,97%	0,12%
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	4.366,02		-	0,01%
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	3.140.229,06	3.269.504,71	-3,95%	5,72%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	1.254.617,62	318.977,92	293,32%	2,29%
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	81.713,10		-	0,15%
Total		54.886.803,71	24.174.346,03	127,05%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de fontes em análise apresenta variação geral positiva de 127,05%, que corresponde a R\$ 30.712.457,68. Os acréscimos somam R\$ 31.032.395,74 e os decréscimos, R\$ 319.938,06.

As Variações positivas relevantes do período são as seguintes:

a) maior variação positiva de R\$ 29.950.363,65 (148,51%) na fonte RECURSOS ORDINARIOS. Esse aumento corresponde a 96,51% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado pela transferência de recursos financeiros para pagamento de precatórios, os quais não foram pagos integralmente.

b) segunda maior variação positiva de R\$ 935.639,70 (293,32%) na fonte RECURSOS DE CONVÊNIOS. Os recursos desta fonte correspondem à remuneração dos depósitos judiciais mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, onde essas instituições disponibilizam 0,13% do volume mantido e o recolhe para a Conta Única do Tesouro Nacional, conforme cronograma previsto no acordo. Esse aumento corresponde a 3,02% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado pelos seguintes motivos: primeiro pelo aumento da remuneração, que passou de 0,06% para 0,13% no exercício atual. Segundo, em razão da centralização dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

recursos no CSJT, que decidiu repassar aos tribunais trabalhistas somente o montante previsto em orçamento, para melhor controle dos mesmos.

c) terceira maior variação positiva de R\$ 81.713,10 (100,00%), na fonte REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOUREO NACIONAL. Esse aumento corresponde a 0,26% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado também pelo impacto da Emenda Constitucional, face esta ser uma fonte do Tesouro Nacional;

d) quarta maior variação positiva de R\$ 60.313,27 (1014,38%) na fonte CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO. Esse aumento corresponde a 0,21% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado pelos mesmos motivos expostos no item anterior e devido à maior disponibilização desta fonte no presente exercício.

A conta RECURSOS ORDINARIOS é majoritária com (91,31%) de participação sobre os R\$ 54.886.803,71 que totalizam o grupo de contas da tabela acima.

Cabe salientar que a soma dos RECURSOS ORDINARIOS (91,31%) e CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. (5,72%) perfaz a participação de 97,03% do total da conta Limite de Saque.

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores

Os demais créditos e valores compreendem os valores a receber por demais transações realizáveis no curto e no longo prazo.

Tabela 3 – Demais Créditos e Valores – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Longo Prazo	499.558,87	481.924,37	3,66%	100,00%
Total	499.558,87	481.924,37	3,66%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

O saldo de R\$ 499.558,87, dos demais créditos e valores a longo prazo, corresponde a 0,23% do montante de R\$ 220.051.515,02 do Ativo Realizável A Longo Prazo.

Como se observa na tabela acima, a maior parcela dos demais créditos e valores, ou seja, 100,00% está concentrada no longo prazo; não se constatando valores no curto prazo. Isto decorre da baixa dos adiantamentos de férias e décimo terceiro salário.

Seguem abaixo tabelas detalhando esses créditos e valores no curto e longo prazo.

Tabela 4 – Demais Créditos e Valores – Longo Prazo

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
121219825	= CREDITOS POR INFRACOES LEGAL/CONTRATUAL	7.248,71		100,00%	1,45%
121219826	= ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP	495.436,84	481.924,37	2,80%	99,18%
121219901	* AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS ADMINISTRATIVOS	(3.126,68)		100,00%	-0,63%
Total		499.558,87	481.924,37	3,66%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise apresenta variação geral positiva de 3,66%, que corresponde a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

R\$ 17.634,50. Não foram evidenciados decréscimos.

As variações positivas relevantes do período são as seguintes:

- a) maior variação positiva de R\$ 13.512,47 (2,80%) na conta = ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP. Esse aumento corresponde a 65,00% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado pela atualização monetária com base no índice IPCA.
- b) segunda maior variação positiva de R\$ 7.248,71 (100,00%) na conta = CRÉDITOS POR INFRAÇÕES LEGAL/CONTRATUAL. Esse aumento corresponde a 35,00% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado por registros de multas administrativas aplicadas aos fornecedores por inexecução contratual.

3.3. Nota 3 – Estoques

O item Estoques compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades, e o saldo de R\$ 830.298,78 deste item corresponde a 1,49% do montante de R\$ 55.772.161,19 do Ativo Circulante.

Segue tabela discriminando alguns desses devedores.

Na Justiça do Trabalho, os estoques estão representados pelo almoxarifado, que compreende o valor dos materiais destinados ao consumo interno das unidades

Tabela 5 – Almoxarifados

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	830.298,78	764.607,90	8,59%	100,00%
Total		830.298,78	764.607,90	8,59%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise apresenta variação geral positiva de 8,59%, que corresponde a R\$ 65.690,88. Não foram evidenciados decréscimos neste grupo.

As variações positivas relevantes do período são as seguintes:

- a) maior variação positiva de R\$ 65.690,88 (8,59%) na conta = MATERIAIS DE CONSUMO.

Esse aumento corresponde a 100,00% dos acréscimos do período e decorre da aquisições no período.

3.4. Nota 4 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP) compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo e o saldo de R\$ 499.558,87 deste item corresponde a 0,23% do montante de R\$ 220.051.515,02 do Ativo Não Circulante.

Na Justiça do Trabalho, o ARLP é composto integralmente pelos Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, já discriminados em tabela registrada na nota 2.

3.5. Nota 5 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O saldo de R\$ 214.832.166,42 deste item corresponde a 97,63% do montante de R\$ 220.051.515,02 do Ativo Não Circulante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Na Justiça do Trabalho, o Imobilizado está segregado em bens móveis e bens imóveis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 6 – Imobilizado – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Bens Móveis	33.215.674,92	22.050.618,68	50,63%	15,45%
(+) Valor Bruto Contábil	56.621.154,38	44.161.144,36	28,21%	26,34%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-23.405.479,46	-22.110.525,68	5,86%	10,89%
Bens Imóveis	181.616.491,50	166.379.898,60	9,16%	84,55%
(+) Bens Imóveis - Valor Bruto Contábil	183.753.870,66	167.023.335,88	10,02%	85,54
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-2.137.379,16	-643.437,28	232,18%	0,99%
Total	214.832.166,42	188.430.517,28	14,01%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

Em 31/12/2017, os bens móveis e imóveis apresentaram variação geral positiva de 14,01%, que corresponde a R\$ 26.401.649,14.

O saldo de Depreciação Acumulada de Bens Móveis representa 41,34% sobre os R\$ 56.621.154,38 brutos dos bens móveis, o que indica que os bens móveis desta Unidade Gestora estão com sua vida útil mediana.

Já a Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis teve um aumento de R\$ 1.493.941,88 (232,18%) no período, ocasionada pelo incremento da sistemática de apuração pela SPU. Porém, a depreciação dos Imóveis desta Unidade Gestora participa apenas com 1,16% sobre os R\$ 183.753.870,66 brutos dos bens imóveis.

3.5.1 Bens Móveis

O saldo de R\$ 33.215.674,92 deste item corresponde a 15,46% do montante de R\$ 214.832.166,42 do Imobilizado.

A distribuição desses bens está discriminada nas próximas tabelas abaixo.

Tabela 7 – Bens Móveis – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.695.332,22	4.468.836,17	49,82%	20,16%
Bens de Informática	23.449.925,59	17.927.230,55	30,81%	70,60%
Móveis e Utensílios	13.833.937,79	13.017.629,43	6,27%	41,65%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.351.582,80	1.235.590,75	9,39%	4,07%
Veículos	6.561.669,26	4.482.992,08	46,37%	19,75%
Bens Móveis em Almoxarifado	3.373.346,81	2.607.965,25	29,35%	10,16%
Demais Bens Móveis	1.355.359,91	420.900,13	222,01%	4,08%
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(23.405.479,46)	(22.110.525,68)	5,86%	-70,47%
Total	33.215.674,92	22.050.618,68	50,63%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Os bens móveis apresentaram acréscimo de 50,63%, que corresponde a R\$ 11.165.056,24. Desconsideradas as contas redutoras, os acréscimos nas contas dos bens móveis somam R\$12.460.010,02. Não houve ocorrências de decréscimo na conta sob análise.

As variações positivas relevantes do período, em termos absolutos, são as seguintes:

a) maior variação positiva de R\$ 5.522.695,04 (30,81%) na conta Bens de Informática. Esse aumento corresponde a 44,32% do total dos acréscimos do período e demonstra a tendência em se concentrar os investimentos em tecnologia da informação de forma a auxiliar a prestação jurisdicional trabalhista.

b) segunda maior variação positiva de R\$ 2.226.496,05 (49,82%) na conta Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas. Esse aumento corresponde a 17,86% do total dos acréscimos do período.

c) terceira maior variação positiva de R\$ 2.078.677,18 (46,37%) na conta Veículos. Esse aumento corresponde a 16,68% do total dos acréscimos do período;

3.5.1.1. Depreciação Acumulada

Registra a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

Tabela 8 – Depreciação Acumulada – Por conta referenciada

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	(40.348,58)	(34.113,39)	18,28%	0,17%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	(237.158,90)	(241.768,81)	-1,91%	1,01%
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	(27.412,09)	(23.671,07)	15,80%	0,12%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	(163.690,64)	(107.128,93)	52,80%	0,70%
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	(1.068.742,10)	(798.644,29)	33,82%	4,57%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	(2.959,76)	(3.471,98)	-14,75%	0,01%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	(1.493,76)	(669,16)	123,23%	0,01%
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	(882,00)	(3.266,23)	-73,00%	0,00%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	(24.540,26)	(15.575,71)	57,55%	0,10%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	(745.205,50)	(642.728,23)	15,94%	3,18%
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	(12.087.738,50)	(12.574.793,87)	-3,87%	51,64%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	(1.389.648,29)	(1.300.313,34)	6,87%	5,94%
123110302	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	(15.524,49)	(55.657,90)	-72,11%	0,07%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	(5.377.638,74)	(4.043.056,62)	33,01%	22,98%
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	(682,69)		100,00%	0,00%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	(610.242,72)	(498.394,08)	22,44%	2,61%
123110501	VEICULOS EM GERAL	(4.896,26)	(4.321,68)	13,30%	0,02%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	(1.595.253,01)	(1.619.372,48)	-1,49%	6,82%
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	(11.421,17)	(143.577,91)	-92,05%	0,05%
Total		(23.405.479,46)	(22.110.525,68)	5,86%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise revela variação geral positiva de 5,86%, que corresponde a R\$ 1.294.953,78 em valores absolutos.

As maiores variações ocorridas no período foram nas seguintes contas referenciadas:

- conta MOBILIÁRIO EM GERAL, acréscimo de R\$ 1.334.582,12, representando 33,01% em relação ao exercício anterior;
- segunda maior conta MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS, acréscimo de R\$270.097,81, representando 33,82% em relação a 31/12/2016;
- terceira maior na conta EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO, acréscimo de R\$ 111.848,64, representando 22,44%.

Essas maiores variações na depreciação acompanham sua base, que corresponde ao valor bruto contábil da conta referenciada, expurgado o valor residual correspondente.

Quanto à análise estrutural, verifica-se que a parcela majoritária sobre os R\$ 23.405.479,46 que totalizam o grupo de contas da tabela foi obtida com as contas EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC (51,64%), MOBILIARIO EM GERAL (22,98%) e VEICULOS DE TRACAO MECANICA (6,82%), cujas participações somam 81,44%.

3.5.2. Bens Imóveis

O saldo de R\$ 153.399.818,68 deste item corresponde a 71,40% do montante de R\$ 214.832.166,42 do Imobilizado.

A distribuição desses bens está discriminada nas próximas tabelas abaixo:

Tabela 09 – Bens Imóveis - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Valor Bruto Contábil	183.753.870,66	167.023.335,88	10,02%	100,00%
Bens de Uso Especial	153.399.818,68	113.529.033,14	35,12%	83,48%
Bens Imóveis em Andamento	28.706.950,47	51.579.784,31	-44,34%	15,62%
Estudos e Projetos	1.647.101,51	1.914.518,43	-13,97%	0,90%
(-) deprec./Acum./Amort.Acumulada - Bens Imóveis	-2.137.379,16	-643.437,28	232,18%	-1,18%
Total	181.616.491,50	166.379.898,60	9,16%	98,82%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise apresenta variação geral positiva de 9,16%, que corresponde a R\$ 15.236.592,90.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Quanto ao aspecto da relevância e materialidade, verifica-se que a maior variação em termos absoluto e percentual ocorreu nos Bens de Uso Especial, valor de R\$ 39.870.785,54 e variação de 35,12%, respectivamente. Estes bens correspondem aos imóveis destinados às atividades finalísticas e administrativas do órgão.

Cabe salientar que o acréscimo de 232,18% ocorrido na Depreciação Acumulada destes bens foi ocasionado pelo incremento da sistemática de apuração do valor depreciable pela Secretaria de Patrimônio da União.

A maior variação negativa de R\$ 22.872.833,84 (44,34%) na conta Bens Imóveis em Andamento foi ocasionada pela reclassificação para a conta de Bens de Uso Especial, tendo em vista a conclusão das obras de construção do Fórum Trabalhista de Macapá e Parauapebas. Os bens de uso especial registrados no SPIUnet, constituídos de edifícios e terrenos, são os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da Justiça do Trabalho e representam 99,25% dos R\$ 153.399.818,68 que totalizam os bens de uso especial.

Tabela 10 – Bens de Uso especial Registrados no SPIUnet - Composição

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
123210101	= IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	1.144.079,90	490.130,50	133,42%	0,75%
123210102	= EDIFICIOS	150.759.330,18	110.112.999,32	36,91%	98,28%
123210103	= TERRENOS/GLEBAS	1.496.408,60	2.634.774,43	-43,21%	0,98%
123210104	= ARMAZENS/GALPOES		291.128,89	-100,00%	-%
Total		153.399.818,68	113.529.033,14	35,12%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

Os bens de uso especial apresentam variação geral positiva de 35,12%, que corresponde a R\$ 39.870.785,54. Os acréscimos somam R\$ 41.300.280,26 e os decréscimos, R\$ 1.429.494,72.

As variações positivas relevantes do período são as seguintes:

a) maior variação positiva de R\$ 40.646.330,86 (36,91%) na conta = EDIFICIOS. Esse aumento decorre, principalmente, por reavaliações ocorridas no SPIUnet e a conclusão das obras de construção do Fórum Trabalhista de Macapá e Parauapebas;

b) segunda maior variação positiva de R\$ 653.949,40 (133,42%) na conta = IMOVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS. Esse aumento decorre, principalmente, por reavaliações e inclusões ocorridas no SPIUnet.

As variações negativas relevantes do período são as seguintes:

a) menor variação negativa de R\$ 1.138.365,83 (43,21%) na conta = TERRENOS/GLEBAS. Essa redução corresponde a 79,63% do total dos decréscimos do período e foi ocasionada, principalmente, pela reclassificação de imóveis para contas específicas na base do SPIUnet;

b) segunda menor variação negativa de R\$ 291.128,89 (100,00%) na conta = ARMAZENS/GALPOES. Essa redução corresponde a transferência de imóveis à Superintendência de Patrimônio da União SPU/PA.

A parcela majoritária sobre os R\$ 153.399.818,68 que totalizam o grupo de contas da tabela foi obtida com as contas = EDIFICIOS (98,28%) e TERRENOS/GLEBAS (0,98%), cujas participações somam 99,26%.

3.5.3. Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas

Com o intuito de apresentar o patrimônio da União de forma mais fidedigna à sua realidade de atuação, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

de Contabilidade Federal, conforme dispõe o Art. 17, inciso I, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, expediu a Macrofunção 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Porém, tempos depois, a referida macrofunção foi dividida em dois procedimentos, um tratando especificamente sobre o reconhecimento da depreciação, amortização e exaustão (Macrofunção 02.03.30) e outro tratando sobre o reconhecimento de valores decorrentes de reavaliações e reduções a valores recuperáveis (Macrofunção 02.03.35).

Com o intuito de uniformizar os procedimentos no âmbito da União, a macrofunção 02.03.30 dispõe sobre os percentuais referentes à depreciação e à aferição dos respectivos valores residuais, revelando o método de depreciação de bens móveis, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Tabela 11 – Percentuais de depreciação e valor residual de bens móveis

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01 Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
12311.01.02 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
12311.01.03 Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	15	20%
12311.01.05 Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
12311.01.07 Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
12311.01.08 Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
12311.01.09 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
12311.01.12 Equipamentos, Peças e Acessórios p/Automóveis	5	10%
12311.01.21 Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
12311.01.25 Máquinas, utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
12311.02.01 Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
12311.03.01 Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
12311.03.02 Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
12311.03.03 Mobiliário em Geral	10	10%
12311.04.04 Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
12311.04.05 Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
12311.04.06 Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
12311.05.01 Veículos em Geral	15	10%
12311.05.03 Veículos de Tração Mecânica	15	10%
12311.99.09 Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi - Macrofunção 02.03.30

Com relação aos bens imóveis, a metodologia utilizada para o cálculo da depreciação pelo SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme relatado no Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis, item "Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet".

3.5.4. Conciliação de Imóveis

Esta Unidade Gestora vem realizando a conciliação dos Bens Imóveis de Uso especial registrados, verificando se os valores registrados no SPIUnet estão compatíveis com os valores registrados no SIAFI. Foi constatada a compatibilidade entre os sistemas SPIUnet e Sistema SIAFI.

3.6. Nota 6 – Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e o saldo de R\$ 4.719.789,73 deste item corresponde a 2,14% do montante de R\$ 220.051.515,02 do Ativo Não Circulante.

Na Justiça do Trabalho, o Intangível é formado, na sua integralidade, pelos softwares especificados na tabela abaixo.

Tabela 12 – Softwares

	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Software com Vida Útil Indefinida	3.712.720,33		100,00%	77,36%
Software com Vida Útil Definida	1.086.398,52	2.243.667,95	-51,58%	22,64%
Total do Valor Bruto de Softwares	4.799.118,85	2.243.667,95	113,90%	100,00%
(-) Amortização Acumulada	(79.329,12)	(1.998.419,50)	-96,03%	-1,65%
Total	4.719.789,73	245.248,45	1824,49%	98,35%

Fonte: Siafi 2017/2016

No intangível, destaca-se a conta Software com Vida Útil Indefinida, que participa com 77,36% na formação dos R\$ 4.799.118,85 brutos do item, demonstrando que esta Unidade tem optado pela aquisição de softwares com prazos indefinidos a seus contratos administrativos.

A significativa variação negativa de R\$ 1.919.090,38 (96,03%), na depreciação acumulada justifica-se pela reclassificação de parte dos softwares com vida útil definida em vida útil indefinida, em cumprimento às orientações das Mensagens CCONT/STN 2015/1799873 e Mensagem CSJT 2017/1498183.

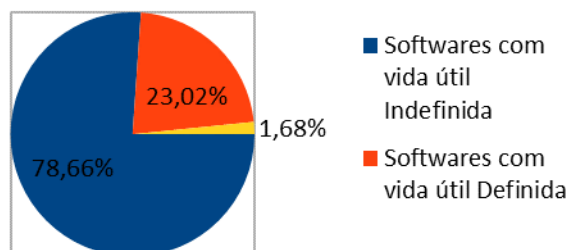


Gráfico 01 – Softwares

Por meio do gráfico acima, verifica-se que foram amortizados apenas 1,65% do valor total dos softwares desta Unidade Gestora.

3.7. Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto e Longo Prazos – compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tabela 13 – Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Curto Prazo	137.021.904,76	78.480.497,58	74,59%	97,14%
Longo Prazo	4.028.668,82	4.028.668,82	0,00%	2,86%
Total	141.050.573,58	82509166,4	70,95%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

O saldo de R\$ 137.021.904,76, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, corresponde a 87,22% do montante de R\$ 157.094.323,91 do Passivo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Circulante.

Já os R\$ 4.028.668,82 das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo correspondem a 100,00% do Passivo Não Circulante.

Como se observa na tabela acima, a maior parcela das obrigações, ou seja, 97,77% está concentrada no curto prazo; enquanto o longo possui apenas 2,86% do total.

Tabela 14 – Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar – Curto Prazo

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
211110101	= SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	4.747.543,05	4.907.422,84	-3,26%	3,46%
211110300	= PRECATORIOS DE PESSOAL	75.907.760,05	16.481.411,05	360,57%	55,40%
211110400	= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	50.370.375,02	51.100.666,79	-1,43%	36,76%
211421300	= PSSS- CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	1.448.131,26	1.483.538,54	-2,39%	1,06%
211429800	= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	4.548.095,38	4.507.458,36	0,90%	3,32%
Total		137.021.904,76	78.480.497,58	74,59%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise apresenta variação geral positiva de 74,59%, que corresponde a R\$ 58.541.407,18.

A variação mais relevante ocorrida no período foi na conta de PRECATORIOS DE PESSOAL, na ordem de R\$ 59.426.349,00, variação de 360,57%. Esta variação é justificada pela mudança nas sistemáticas de disponibilização orçamentária e financeira, cujo registro de precatórios, a partir do exercício passado, passaram a ser contabilizados na UG 080017 – Setorial Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho e não mais neste tribunal.

Em termos de representatividade, em relação ao total do item, destacam-se os precatórios de pessoal e obrigações trabalhistas a pagar, que somados representam 92,16% do total.

Verifica-se uma variação negativa de 3,26% na conta SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS, decorrente de pagamentos desses benefícios.

3.7.1. Obrigações Trabalhistas a Pagar – Curto Prazo

Esses passivos da JT são reconhecimentos de dívidas com pessoal, como Unidade Real de Valor (URV), Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), Adicional por Tempo de Serviço (ATS), etc, cuja relevância levou o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1485/2012 – TCU – Plenário, a recomendar ao CSJT que orientasse os tribunais que contabilizassem corretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) os valores a pagar relacionados a esses débitos com pessoal.

Diante disso, o CSJT emitiu a Mensagem CFIN nº 34/2012 para que os passivos em comento pudessem ser contabilizados no curto e longo prazos, independentemente de disponibilização orçamentária.

Em 2015, foram encaminhadas novas orientações aos tribunais no sentido de segregar os passivos por inscrições genéricas, a fim de possibilitar a sua identificação individualizada no Siafi. Assim, foram encaminhados o Ofício Circular nº 024/2015 e a Mensagem CFIN/CSJT nº 053/2015, que regulamentaram a contabilização de passivos de pessoal. Ainda sobre o assunto, foi encaminhada a Mensagem CFIN nº 005/2016, com o objetivo de complementar a anterior e esclarecer o conceito de “passivo”, criando critérios de reconhecimento no Siafi.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Dessa forma, foi criada pelo CSJT uma tabela com inscrições genéricas que, não só identifica os tipos de passivo, mas também, se os mesmos são oriundos de servidor, magistrado ou juiz classista, se é de ativo, inativo, pensionista ou outros e se correspondem ao principal, juros ou correção monetária, conforme discriminado na tabela abaixo.

Tabela 15 – Obrigações Trabalhistas a Pagar – Curto Prazo

		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
080003	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO	1.059.441,73		100,00%	2,10%
ADMAPOUTR	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	22.305,69		100,00%	0,04%
ADMAPPDEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	782.781,19	782.781,19	0,00%	1,55%
ADMIPPAEM	PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	520.768,80	974.430,29	-46,56%	1,03%
ADSACABPE	ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETARIA	15.932,86		100,00%	0,03%
ADSACATSE	ATS - SERVIDOR - ATIVO - CORRECAO MONETARIA		14.036,85	-100,00%	0,00%
ADSACDFCC	DIFER.GRATIF-FC'S E CC-SERV-ATIVO-CORR.MON.	32.586,47	32.586,47	0,00%	0,06%
ADSACIAQD	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERVID ATIVO - CM	8.009.660,13	8.009.660,13	0,00%	15,90%
ADSACOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - COR.MON.	102.889,09	102.889,09	0,00%	0,20%
ADSAJABPE	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	37.062,18		100,00%	0,07%
ADSAJATSE	ATS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	38.902,48	29.618,08	31,35%	0,08%
ADSAJDFCC	DIFER.GRATIF-FC'S E CC - SERV-ATIVO - JUROS	63.731,14	63.731,14	0,00%	0,13%
ADSAJIAQD	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERVID ATIVO - JR	15.683.209,82	15.683.209,82	0,00%	31,14%
ADSAJOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	426.016,14	426.016,14	0,00%	0,85%
ADSAPABPE	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	45.372,66		100,00%	0,09%
ADSAPATSE	ATS - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL		77.232,77	-100,00%	0,00%
ADSAPDFCC	DIFER.GRATIF-FC'S E CC - SERV-ATIVO - PRINC		87.976,23	-100,00%	0,00%
ADSAPIAQD	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERV.ATIVO-PRINCI	10.302.470,88	10.302.470,88	0,00%	20,45%
ADSAPOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	381.034,07	485.564,20	-21,53%	0,76%
ADSICATSE	ATS - SERVIDOR - INATIVO - CORRECAO MONETARIA	44.416,34	61.954,88	-28,31%	0,09%
ADSICDFCC	DIFER.GRATIF-FC'S E CC-SERV-INATIVO-COR.MON	331.602,09	385.178,74	-13,91%	0,66%
ADSICDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.- CM	22.642,47	133.440,35	-83,03%	0,04%
ADSICIAQD	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERVID INATIV-CM	2.136.098,52	2.136.098,52	0,00%	4,24%
ADSICOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	41.684,83	61.350,32	-32,05%	0,08%
ADSICPPLC	PASSIVOS PLANO CARREIRA	2.625,52		100,00%	0,01%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	SERVID. INATIV. - CM				
ADSIJATSE	ATS - SERVIDOR - INATIVO - JUROS	30.800,26	97.437,34	-68,39%	0,06%
ADSIJDFCC	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-INATIVO-JUROS	758.021,46	889.016,20	-14,73%	1,50%
ADSIJDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.-JUROS	90.762,87	308.273,43	-70,56%	0,18%
ADSIJIAQD	INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC. SER INATI -JR	4.203.904,08	4.203.904,08	0,00%	8,35%
ADSIJOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO - JUROS	119.075,13	163.167,88	-27,02%	0,24%
ADSIJPLC	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR INATIVO- JR	5.191,59		100,00%	0,01%
ADSIPATSE	ATS - SERVIDOR - INATIVO - PRINCIPAL	79.815,11	214.040,83	-62,71%	0,16%
ADSIPDFCC	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-INATIVO-PRINCIP	1.406.984,49	1.654.094,94	-14,94%	2,79%
ADSIPDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.-PRINCI	61.296,46	712.978,37	-91,40%	0,12%
ADSIPIAQD	INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC SERV INAT- PRIN	2.661.296,44	2.661.296,44	0,00%	5,28%
ADSIPOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	255.886,19	346.231,19	-26,09%	0,51%
ADSIPPLC	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR INAT-PRINCIP	14.940,54		100,00%	0,03%
ADSPCDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS. - CM	67.210,16		100,00%	0,13%
ADSPJDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS. - JURO	139.755,02		100,00%	0,28%
ADSPDPDRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS.-PRINC.	372.200,12		100,00%	0,74%
		50.370.375,02	51.100.666,79	-1,43%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A tabela de contas em análise apresenta variação geral negativa de 1,43%, que corresponde a R\$ 730.291,77.

As variações positivas relevantes do período são as seguintes:

- maior variação positiva de R\$ 372.200,12 (100,00%) na conta DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS.-PRINC. Esse aumento corresponde a novos registros de passivos;
- segunda maior variação positiva de R\$ 139.755,02 (100,00%) na conta DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS. - JUROS. Esse aumento ocorreu face à ocorrência de novos registros;

As variações negativas relevantes do período são as seguintes:

- menor variação negativa de R\$ 651.681,91 (91,40%) na conta DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.-PRINCI. A redução ocorreu face a realização de pagamentos e ajustes da conta sob análise;
- segunda menor variação negativa de R\$ 453.661,49 (46,56%) na conta PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL. A redução ocorreu face a realização de pagamentos.

3.7.2. Precatórios de Pessoal – Curto Prazo

A partir do exercício passado, os precatórios passaram a ser contabilizados na UG 080017 – Setorial Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho. Esta prática decorre de alterações nas sistemáticas de disponibilização orçamentária e financeira para posterior descentralização



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

de créditos a este Tribunal.

3.8. Nota 8 – Fornecedores e Contas a Pagar

O item Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

O saldo de R\$ 107.780,68 deste item corresponde a 0,07% do montante de R\$ 157.094.323,91 do Passivo Circulante.

Tabela 16 – Fornecedores mais significativos

		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
08775721000185	LIMPAR LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - EPP	25.693,50		100,00%	23,96%
26062275220	LUIS CESAR SILVA PEREIRA	19.961,12		100,00%	18,61%
00865761000106	ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	15.142,50		100,00%	14,12%
03369991000172	E.R. LISBOA - ME	13.266,06		100,00%	12,37%
08377932000160	RAFAEL NOTORIO DE SOUSA GOMES - ME	10.200,00		100,00%	9,51%
05742568000100	E S E SEGURANCA PRIVADA LTDA	10.026,20		100,00%	9,35%
07304842000186	ANDRADE E MONTEIRO LTDA - EPP	5.867,66	1.417,50	313,94%	5,47%
21408552000103	C. DA S. OLIVEIRA REFRIGERACAO - ME	3.960,00		100,00%	3,69%
12241172553	NELSON CARDIM DOS SANTOS	3.135,73		100,00%	2,92%
19892624000199	NUCTECH DO BRASIL LTDA	0,00	93.000,00	-100,00%	0,00%
DEMAIS		527,91			0,00%
Total		107.780,68	94.417,50	13,59%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

Os maiores fornecedores somam R\$ 107.252,77, ou seja, 99,51% de participação nos R\$ 107.780,68 que totalizam o item.

A seguir, a relação desses fornecedores e respectivos valores/percentuais de participação e objetos contratados:

- 1) LIMPAR LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA. – EPP. R\$ 25.693,50 – 23,96% – prestação continuada de serviços de limpeza e conservação no Fórum Trabalhista de Belém;
- 2) LUIS CESAR SILVA PEREIRA. R\$ 19.961,12; 18,61% - prestação de serviços de locação do imóvel que abriga o Polo Administrativo deste Tribunal;
- 3) ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA: R\$ 15.142,50 – 14,12% – prestação de serviços continuado de vigilância armada nos prédios desta Especializada no Estado do Amapá;
- 4) E.R. LISBOA - ME: R\$ 13.266,06; 12,37% - Prestação de serviços de manutenção na central de refrigeração (Chiller) instalada no prédio sede deste Tribunal;
- 5) RAFAEL NOTORIO DE SOUSA GOMES - ME: R\$ 10.200,00; 9,51% - Aquisição de impressora de transferência térmica de crachá.
- 6) E S E SEGURANCA PRIVADA LTDA: R\$ 10.026,20; 9,35% - prestação de serviços



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

continuado de vigilância armada nos prédios desta Especializada no Estado do Pará;

7) ANDRADE E MONTEIRO LTDA - EPP: R\$ 5.867,66 – 5,47% – prestação continuada de serviços de limpeza e conservação no Fórum Trabalhista de Macapá;

8) C. DA S. OLIVEIRA REFRIGERACAO - ME: R\$ 3.960,00; 3,69% - prestação de serviços de manutenção de ar condicionado da Vara Trabalhista de Santa Izabel do Pará.

9) NELSON CARDIM DOS SANTOS: R\$ 3.135,73 – 2,92% - prestação de serviços de locação do imóvel que abriga a Vara Trabalhista de São Félix do Xingu.

3.9. Nota 9 – Provisões

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. O saldo da conta de provisão de curto prazo, no valor de R\$ 19.847.132,56, refere-se às provisões para Riscos Trabalhistas e corresponde a 12,67% do Passivo Circulante.

As provisões para Riscos Trabalhistas correspondem a passivos de obrigações trabalhistas, cuja exigibilidade se encontra suspensa por medida cautelar. Há valores contabilizados como provisões por estimativas dado o grau de incerteza do passivo a pagar.

A contabilização das Provisões para Riscos Trabalhistas, motivada por medida Cautelar, foi baseada na orientação expedida pelo CSJT por meio da Mensagem CFIN 036/2016.

3.10. Nota 10 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos e o saldo de R\$ 114.700.683,48 deste item corresponde a 41,58% do montante de R\$ 275.823.676,20 do total do Passivo.

3.11. Nota 11 – Atos Potenciais

Os Atos Potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

3.11.1. Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, a Unidade Gestora registrou um saldo de R\$ 35.801.722,80, relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executados no(s) próximo(s) exercício(s).

Segue tabela das obrigações contratuais de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais

Obrigações Contratuais	31/12/17	31/12/16	AH (%)	AV (%)
Serviços	30.115.705,78	30.976.261,19	-2,78%	84,12%
Alugueis	1.972.816,66	1.233.565,23	59,93%	5,51%
Fornecimento de Bens	3.713.250,36	2.489.899,40	49,13%	10,37%
Total	35.801.772,80	34.699.725,82	3,18%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

Na tabela a seguir estão relacionados os 10 (dez) contratados mais significativos e o respectivo saldo a executar ao final do período em análise.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Tabela 19 – Obrigações Contratuais por Contratado

Obrigações Contratuais - Por Contratado	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
04558805000106 QUADRA ENGENHARIA LTDA	7.517.706,19	15.553.055,54	-51,66%	21,00%
40432544000147 CLARO S.A.	3.183.590,48	5.996.557,06	-46,91%	8,89%
04885201000174 SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP	2.513.464,63			7,02%
05851878000154 VALEVERDE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI - EPP	1.649.229,46	497.496,82	231,51%	4,61%
15573776000178 J. RIBEIRO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA. - ME	1.645.711,56	798.140,31	106,19%	4,60%
28950389000155 EFICACIA E GRUPO CONSORCIO	1.458.153,55			4,07%
03369991000253 E.R. LISBOA - ME	1.170.855,22	533.212,11	119,59%	3,27%
26062275220 LUIS CESAR SILVA PEREIRA	1.170.105,14	350.000,00	234,32%	3,27%
01946116000180 E.C.A.-EMPRESA DE CONSTRUÇÕES DA AMAZONIA LTDA - EPP	1.135.090,40	158.653,37	615,45%	3,17%
10711378000157 H. F. CORREIA TRANSPORTES - EPP	814.637,32	135.000,00	503,44%	2,28%
Demais Contratados	13.543.228,85	10.677.610,65	26,84%	37,83%
Total	35.801.772,80	34.699.725,86	3,18%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

Os saldos dos contratos a executar, ao final do período em análise, dos dez maiores fornecedores somam R\$ 22.258.543,95, ou seja, 62,17% de participação nos R\$ 35.801.772,80 que totalizam o item.

A seguir, a relação desses fornecedores e seus respectivos objetos contratados:

- 1) QUADRA ENGENHARIA LTDA: Construção do novo Fórum Trabalhista em Belém;
- 2) CLARO S.A.: Prestação de Serviços de Telecomunicação e de Transmissão de dados;
- 3) SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP: Instalação de estrutura metálica nas vagas de garagem no estacionamento do Fórum de Macapá/AP, com o aproveitamento de energia solar;
- 4) VALEVERDE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI-EPP: Prestação de serviços de agenciamento de viagens;
- 5) J. RIBEIRO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA.-ME: Prestação de serviços de transporte de mobiliário e bagagens de Servidores e Magistrados;
- 6) EFICACIA E GRUPO CONSORCIO: Elaboração de projetos executivos arquitetônicos e complementares de engenharia para obra de reforma das futuras instalações do edifício-sede do TRT8, localizado na Travessa Gaspar Viana, 485;
- 7) E.R. LISBOA – ME: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de refrigeração e da central de refrigeração do tipo *chiller*, incluindo o eventual fornecimento de peças;
- 8) LUIS CESAR SILVA PEREIRA – Locação de imóvel localizado na Tv. Dom Romualdo de Seixas, nº 429, para servir às instalações da Área Administrativa;
- 9) E.C.A.-EMPRESA DE CONSTRUÇÕES DA AMAZONIA LTDA – EPP: Reforma e adequação do espaço destinado à instalação da Secretaria de Tecnologia; Reforma da Vara do Trabalho de Breves/PA; e Reforma e adequação do Fórum Trabalhista de Abaetetuba;
- 10) H. F. CORREIA TRANSPORTES–EPP: Prestação de serviços de transporte mobiliário e bagagens de Servidores e Magistrados, de Materiais de Consumo e de Bens Permanentes do Tribunal.

3.12. Nota 12 – Resultado Patrimonial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Segue abaixo a composição das variações patrimoniais:

Tabela 20 – Variações Patrimoniais

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	708.528.712,04	655.786.849,21	8,04%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.407.683,56	16.192.053,70	1,33%	2,32%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	228.138,75	3.697.102,83	-93,83%	0,03%
VPA's Financeiras	36.129,14	49.077,55	-26,38%	0,01%
Transferências e Delegações Recebidas	646.999.150,70	580.278.961,17	11,50%	91,32%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	43.889.086,03	53.854.016,88	-18,50%	6,19%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	968.523,86	1.715.637,08	-43,55%	0,14%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	707.859.873,90	607.754.103,68	16,47%	100,00%
Pessoal e Encargos	398.163.872,34	339.822.163,55	17,17%	56,25%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	145.325.566,48	131.188.781,58	10,78%	20,53%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.592.518,78	52.147.746,04	-1,06%	7,29%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.499,86	877,67	184,83%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	52.438.847,86	23.609.456,71	122,11%	7,41%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	52.483.244,04	52.033.115,25	0,87%	7,41%
Tributárias	36.182,93	49.836,65	-27,40%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.817.141,61	8.902.126,23	-12,19%	1,10%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	668.838,14	48.032.745,53	-98,61%	0,09%

Fonte: Siafi 2017/2016

Conforme demonstrado na tabela acima, o Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2017 apresentou um superávit de R\$ 668.838,14, correspondendo a uma redução de 98,61% em relação ao Resultado Patrimonial do exercício anterior.

Dentre os motivos que mais impactaram essa redução, destacam-se:

- Aumento de 17,17% (R\$ 58.341.708,79) nas VPD de Pessoal e Encargos;
- Aumento de 10,78% (R\$ 14.136.784,90) nas VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais;
- Aumento de 122,11% (R\$ 28.829.391,15) nas VPD de Transferências e Delegações Concedidas;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- Aumento de 11,50% (R\$ 66.720.189,53) nas VPA de Transferências e Delegações Recebidas;
- Redução de 18,50% (R\$ 9.964.930,85) nas VPA de Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos;
- Redução de 93,83% (R\$ 3.468.964,08) na VPA de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

3.13. Nota 13 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo Art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Ao final do período sob análise, as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 4.413.479,81, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 611.261.430,94, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 606.847.951,13 no período.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas alcançou 97,63%, da dotação atualizada (R\$ 626.070.752,00) em 31/12/2017, enquanto que a realização de receitas chegou a 101,55% da previsão atualizada de arrecadação, evidenciando que a execução de despesas corresponde a 96,95%, da realização de receitas e dotação atualizada.

3.13.1 Receitas

As receitas realizadas em 31/12/2017, em comparação com as de 30/9/2016, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

Tabela 21 – Receitas Realizadas – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Receitas Correntes	4.346.313,00	8.054.544,92	-46,04%	100,00%
Receitas de Capital	-	-	-%	-%
Refinanciamento	-	-	-%	-%
Total	4.346.313,00	8.054.544,92	-46,04%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

As receitas realizadas apresentam variação geral negativa de -46,04%, que corresponde a R\$ 3.708.231,92.

As Receitas Correntes, que contemplam 100,00% das receitas arrecadadas, tiveram uma variação negativa de -46,04% (R\$ 3.708.231,92). Não foi evidenciada arrecadação de Receitas de Capital no período sob análise.

Segue a composição das Receitas Correntes na tabela abaixo.

Tabela 22 – Receitas Correntes – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Receita Patrimonial	197.132,85	145.088,26	35,87%	4,47%
Receitas de Serviços	38,75	3.525.370,27	-100,00%	0,00%
Transferências Correntes	4.166.472,22	4.367.832,92	-4,61%	94,40%
Outras Receitas Correntes	49.835,99	16.253,47	206,62%	1,13%
Total	4.413.479,81	8.054.544,92	-45,21%	100,00%

Fonte Siafi: 2016/2017

O total de R\$ 4.413.479,81 das Receitas Correntes foi obtido com as contas Transferências Correntes (94,40%), Receita Patrimonial (4,47%) e Outras Receitas Correntes (1,13%).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A tabela de contas em análise apresenta variação geral negativa de 45,21%, que corresponde a R\$ 3.641.065,11. Os acréscimos somam R\$ 85.627,11 e os decréscimos, R\$ 3.726.692,22.

As variações positivas relevantes do período são as seguintes:

a) maior variação positiva de R\$ 52.044,59 (35,87%) na conta Receita Patrimonial. Esse aumento corresponde a 60,78% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado basicamente pelo maior volume de arrecadação relativa a cessão de espaço físico.

b) segunda maior variação positiva de R\$ 33.582,52 (206,62%) na conta Outras Receitas Correntes. Esse aumento corresponde a 39,22% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado basicamente pelo maior volume de arrecadação relativa a manutenção da cessão de espaço físico.

As variações negativas relevantes do período são as seguintes:

a) maior variação negativa de R\$ 3.525.331,52 (100,00%) ocorreu na conta Receitas de Serviços. Esse decréscimo, corresponde a 5,40% do total dos decréscimos do período, foi ocasionado pela não previsão de concurso público no período sob análise.

b) segunda maior variação negativa de R\$ 201.360,70 (4,61%) ocorreu na conta Transferências Correntes. Esse decréscimo corresponde a 94,60% do total dos decréscimos do período.

3.13.2. Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo Art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.

De acordo com o Art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa, é possível asseverar, apenas, que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade demandada pela Administração Pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços nominalmente identificado.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 611.261.430,24, enquanto que, em 31/12/2016, tal fase da execução da despesa pública alcançou a cifra de R\$ 545.924.364,59, ou seja, uma diferença a maior de R\$ 65.337.066,35 (11,97%) entre os dois períodos.

Semelhantemente ao verificado no final de Dez/2016, contribuiu de forma preponderante para este número, em 31/12/2017, o empenho de despesas correntes, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Tabela 23 – Despesas Empenhadas – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Despesas Correntes	571.093.080,67	529.807.413,54	7,79%	93,43%
Despesas de Capital	40.168.350,27	16.116.951,05	149,23%	6,57%
Amortização da Dívida/Refinanciamento	-	-	-%	-%
Total	611.261.430,94	545.924.364,59	11,97%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

As despesas empenhadas apresentam variação geral positiva de 11,97%, que corresponde a R\$ 65.337.066,35.

As Despesas Correntes, que contemplam 93,43% das despesas empenhadas, tiveram uma variação positiva de 7,79% (R\$ 41.285.667,13); enquanto que as Despesas de Capital, que contribuem com 6,57% no montante empenhado, apresentaram uma variação positiva de 149,23% (R\$ 24.051.399,22).

Segue a composição das Despesas Correntes na tabela abaixo.

Tabela 24 – Despesas Correntes Empenhadas – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Pessoal e Encargos Sociais	504.621.811,10	461.219.469,26	9,41%	88,36%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-%	0,00%
Outras Despesas Correntes	66.471.269,57	68.587.944,28	-3,09%	11,64%
Total	571.093.080,67	529.807.413,54	7,79%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

O total de R\$ 571.093.080,67, que totalizam o grupo de contas da tabela, foi obtido com as contas Pessoal e Encargos Sociais (88,36%) e Outras Despesas Correntes (11,64%), cujas participações somam 100,00%.

A tabela de contas em análise apresenta variação geral positiva de 7,79%, que corresponde a R\$ 41.285.667,13.

A única Variação positiva do período foi de R\$ 43.402.341,84 (9,41%) ocorreu na conta Pessoal e Encargos Sociais. A Esse aumento corresponde a 100,00% do total dos acréscimos do período e foi ocasionado pelo incremento na folha de pessoal.

Verificou-se uma Variação negativa de R\$ 2.116.674,71 (3,09%) na conta Outras Despesas Correntes. Esse decréscimo corresponde a 100,00% do total dos decréscimos do período e foi ocasionado pela redução nos contratos de funcionamento das Unidades.

3.14. Nota 14 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A seguir é apresentada a formação da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa ocorrida no exercício de 2017, em comparação ao exercício de 2016.

Tabela 25 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

Geração Líquida de Cx e Eq. de Cx.	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Atividades Operacionais	64.522.756,78	6.081.690,82	960,93%	210,20%
Atividades de Investimentos	-33.826.282,96	-20.667.689,97	63,67%	-110,20%
Atividades de Financiamento				
Total	30.696.473,82	-14.585.999,15	310,45%	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro, e importou, durante o exercício de 2017, um resultado positivo de R\$ 30.696.473,82, que corresponde a um desempenho de 310,45%, superior, em relação ao exercício de 2016.

A maior contribuição para este resultado veio do fluxo das atividades operacionais, que teve uma variação positiva, no exercício de 2017, no montante de R\$ 64.522.756,78, contra uma variação negativa do fluxo das atividades de investimentos correspondente a R\$ 33.826.282,96.

Segue abaixo a tabela com a composição do fluxo de caixa das atividades operacionais:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Tabela 26 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais – Composição

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
INGRESSOS	665.342.121,27	574.147.548,24	15,88%	100,00%
Receitas Derivadas e Originárias	-	-		
Transferências Correntes Recebidas	-	-		
Outros Ingressos das Operações	665.342.121,27	574.147.548,24	15,88%	100,00%
DESEMBOLSOS	-600.819.364,49	-568.065.857,42	5,77%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-531.287.377,71	-502.030.761,10	5,83%	88,43%
Juros e Encargos da Dívida	-	-		
Transferências Concedidas	-50.555.587,43	-48.301.123,63	4,67%	8,41%
Outros Desembolsos das Operações	-18.976.399,35	-17.733.972,69	7,01%	3,16%
Total	64.522.756,78	6.081.690,82	960,93%	

Fonte: Siafi 2017/2016

No exercício de 2017, o fluxo de caixa das atividades operacionais gerou um montante de R\$ 64.522.756,78, representando um desempenho de 960,93% superior à geração de fluxo de caixa das atividades operacionais no exercício anterior, que foi de R\$ 6.081.690,82.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento, segue abaixo a tabela com a composição:

Tabela 27 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento – Composição

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
INGRESSOS	-	-		
Alienação de Bens	-	-		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-		
Outros Ingressos de Investimentos	-	-		
DESEMBOLSOS	-33.826.282,96	-20.667.689,97	63,67%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-30.844.202,86	-19.863.241,52	55,28%	91,18%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-		
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.982.080,10	-804.448,45	270,70%	8,82%
Total	-33.826.282,96	-20.667.689,97	63,67%	100,00%

O fluxo de caixa das atividades de investimento, durante o exercício de 2017, não apresentou geração de caixa, havendo apenas consumo na ordem de R\$ 33.826.282,96. Tal montante foi 63,67% superior ao consumo relativo ao ano anterior.